

Discurso de abertura do Ano Judiciário

2023

Exmo. Sr. Ministro do STJ, o nosso Tribunal da Cidadania, Reynaldo Soares da Fonseca,

Exmo. Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. Carlos Brandão,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Othelino Neto,

Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Eduardo Hiluy Nicolau,

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Marcelo Tavares,

Exmo. Sr. Prefeito de São Luís, Dr. Eduardo Braide,

Exmo. Sr. Presidente da Seccional maranhense da OAB, Dr. Kaio Saraiva,

Exmo. Sr. Defensor Público Geral do Estado, Dr. Gabriel Furtado,

Exmo. Sr. Desembargador do TJMG, Gilson Soares Lemes, neste ato representando o Presidente daquela Corte, o Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, meu colega de Diretoria do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil – CONSEPRE,

Exmo. Sr. Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Juiz de Direito Hólídice Barros,

Exmos. Srs. Magistrados integrantes desta Egrégia Corte, mais que bicentenária, Desembargadores e desembargadoras de hoje, de ontem e de sempre,

Demais autoridades presentes, sintam-se todos integrando este dispositivo de honra, fisicamente pequeno para comportá-los confortavelmente.

Meu fiel e dedicado corpo de juízes auxiliares, diretores e servidores do Poder Judiciário do Estado.

Meus senhores e minhas senhoras,

É neste plenário recém-adaptado para abrigar os atuais 33 desembargadores (e os 4 que ainda virão, esperamos que em breve Sr. Governador), que na qualidade de Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, carregado de muito otimismo, renovado senso de dever e profunda esperança, dou início ao Ano Judiciário de 2023 em nosso Estado.

O otimismo se assenta na constatação de que as instituições republicanas estão unidas e saíram fortalecidas do infame ataque sofrido no último dia 8 de janeiro, de modo muito especial o Poder Judiciário, guardião primaz da Constituição, da Lei e dos postulados do Estado Democrático de Direito, e exatamente por isso o mais testado, ameaçado e atacado entre os Poderes por aqueles que não compreendem (ou não querem compreender) que o principal papel do Judiciário em uma democracia é atuar como instância contramajoritária, como foro de razão republicana, com a última palavra na solução das controvérsias, protegendo minorias, assegurando direitos e, a partir de um mecanismo de controle horizontal (ou princípio de responsabilidade horizontal, na expressão de Guilherme O'Donnell), fortalecendo o sistema de freios e contrapesos e a própria democracia, atuação que historicamente lhe é reservada em todos os países civilizados e desenvolvidos. Não há novidade aqui. Já em meados do séc. XIX essas características eram identificadas na obra de Tocqueville. Só as mentes ignaras, autocráticas, presas a um passado de trevas, ainda não perceberam isso.

E daí a renovação do nosso senso de dever. Os ataques que sofremos, ao invés de intimidarem, serviram para despertar o Poder Judiciário brasileiro e cada um de seus integrantes, assim como os demais atores do sistema de Justiça, meu querido Procurador-Geral de Justiça Eduardo Nicolau, para a gigantesca responsabilidade que nos cabe de preservar as instituições democráticas, em favor das atuais e das futuras gerações, assegurando a soberania do voto popular, a ordem jurídica estabelecida, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis do país, primando pela entrega da prestação jurisdicional de forma célere e adequada, com boa-fé, imparcialidade e absoluta integridade, de modo a revitalizar a crença dos cidadãos nas instituições.

Fortes nesse modelo de conduta, é que seguiremos o caminho virtuoso apontado pelo constituinte para a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e também fraterna, meu caríssimo Ministro Reynaldo da Fonseca, V. Exa., que sempre nos convidou a refletir sobre os valores da tolerância e da alteridade como ingredientes importantes na atividade pública, erigindo a fraternidade como categoria jurídica e política; V. Exa. é um exemplo de magistrado, motivo de orgulho para todos nós, além de nosso embaixador na capital da República. Obrigado pela presença e por tudo que fez e faz pelo Poder Judiciário do nosso Estado.

No Maranhão, já há algum tempo, o Poder Judiciário não está isolado na tarefa

de preservação das instituições do Estado, dos seus respectivos papéis e dos princípios democráticos. Basta olharmos ao redor. A presença nesta sessão solene dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, das duas esferas locais, do Ministério Público, da Corte de Contas, da Defensoria Pública, da Advocacia, de associações de classe e outros atores sociais (todos muito importantes), é, sem dúvida alguma, sinal de deferência e respeito ao Poder Judiciário do Estado (e eu, em nome da Corte, agradeço a todos por isso), porque aqui sempre tivemos a maturidade, o respeito mútuo e a consciência de que devemos trabalhar em harmonia e cooperação, praticando o diálogo institucional em benefício da sociedade maranhense, não de nossos próprios interesses. Até mesmo quando divergimos (e aqui e acolá isso acontece, o que é próprio da Democracia), eventualmente frustrando expectativas, mas sempre conduzidos pelo cumprimento do nosso dever legal, a dissensão se dá num ambiente de respeito, civilidade e sobretudo autocontenção, expressão que Steven Levitsky e Daniel Ziblitz, autores do best seller “Como as democracias morrem”, definem como um conjunto indeterminado de regras não escritas, expectativas de conduta política que recusam ações hostis que, embora possam até ser legais, apresentem-se na forma de ataques ao outro (inclusive quando o outro é o adversário) ou ao bom funcionamento institucional como um todo. E essas regras de autocontenção, abandonadas nos últimos tempos, vão além do campo da política, valem para as relações sociais em geral. Elas nos impõem o dever de urbanidade, gentileza, tolerância, respeito pelo outro e lhanza no trato. Exercitemos, pois, a autocontenção, pois ela também é vital para a Democracia.

Em nosso Estado, caro desembargador Gilson, atuando com independência, mas em perfeita harmonia e com autocontenção, numa sucessão de boas administrações, avançamos no aprimoramento do Poder Judiciário maranhense. Pelo quarto ano consecutivo e sempre melhorando de posição, recebemos o prêmio CNJ de qualidade, com destaque para os eixos governança e transparência, nos quais obtivemos a 2ª melhor pontuação, entre os 27 tribunais estaduais e do Distrito Federal. Para este ano de 2023, apostamos no aumento substancial da nossa produtividade, contando com o máximo empenho e o compromisso republicano de todos os magistrados e magistradas, servidores e servidoras, que para tanto estão recebendo toda a atenção desta Administração, com o maior conforto financeiro possível, melhoria do ambiente e das condições de trabalho, além de formação e capacitação permanentes, fundamentais para que também elevemos a qualidade da jurisdição prestada. Já temos um concurso de juiz em andamento e estamos na iminência de lançarmos o edital de um novo concurso de notários e registradores. Sabedores de que vivemos um momento de transformação digital dos nossos serviços, manteremos o ritmo de investimentos em tecnologia da informação, com a entrega de novos e mais modernos equipamentos de informática. Receberemos em breve o nosso novo datacenter e estamos muito perto de eliminarmos todo o nosso acervo de processos físicos, quiçá até abril consigamos este feito, quando então o Judiciário do Maranhão estará operando com 100% dos seus processos digitalizados.

Também avançaremos na reestruturação de nossas unidades, judiciais e extra-

judiciais, na melhor distribuição e equalização da força de trabalho, no maior apoio técnico aos nossos juízes com o incremento do seu quadro de assessores, residentes jurídicos e estagiários, todos convocados a “fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade”, que muito mais do que um lema da atual gestão e um programa de visita às unidades que terá sequência já na próxima semana, significa uma Justiça mais humana, inclusiva, responsiva, eficiente, eficaz, resolutiva, próxima do cidadão e com os seus integrantes maciçamente presentes nas comarcas, nas unidades de trabalho, atendendo as partes e os advogados, e agora, que vencida a fase mais aguda da pandemia, realizando sessões e audiências presenciais como regra, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça, nosso órgão de planejamento estratégico.

O aumento da produtividade, esperamos, também será sentido este ano no tribunal, certamente com a chegada de novos desembargadores, Presidente Kaio Saraiva, e a partir do trabalho especializado nas Câmaras de Direito Público, Privado e Criminal, com as equipes de gabinete trabalhando focadas em matérias específicas, obtendo ganhos de escala e redução do risco de dispersão da jurisprudência.

No mesmo diapasão, atualizamos nossa lei de organização judiciária, com a elevação de comarcas para a entrância final, um pleito antigo de parcela da magistratura, caríssimo Presidente Holidice, cujo atendimento evidencia a atenção dispensada pelo Tribunal aos juízes dos rincões mais distantes do Estado e o próprio reconhecimento da importância e magnitude das comarcas que foram elevadas.

Todas essas boas novidades estarão entre nós já este ano, e no que dependeu das alterações puramente legislativas, só foram possíveis mercê da competente liderança de V. Exa., deputado Othelino Neto, que sempre dedicou especial atenção aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário local, imprimindo-lhes a necessária urgência na tramitação. Receba, Presidente Othelino, toda nossa consideração e apreço e leve nossa mensagem de agradecimento a todos os membros da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Outra notícia boa para este ano é a retomada das obras do novo Fórum de Imperatriz. Com seus projetos atualizados e adequados para uma nova realidade, de necessária redução de gastos e maior funcionalidade, esperamos iniciar a licitação da obra ainda neste primeiro trimestre, com o acompanhamento de todo o procedimento de contratação e execução do contrato pelo Tribunal de Contas do Estado, meu caro Conselheiro Marcelo Tavares, tudo em prestígio da correção e da integridade. Inúmeras outras obras de reforma, ampliação e construção de fóruns, salões do júri etc. acontecem no Estado inteiro, e faremos, com a Graça do Divino, muitas inaugurações ao longo deste ano, inclusive da nossa usina fotovoltaica, Des. Jorge Rachid, com a redução de gastos de energia e melhoria do nosso índice de desenvolvimento sustentável.

E ainda no que diz respeito ao quesito obras públicas, a melhor de todas as novidades, aquela que vai nos tirar do aperto físico que aqui nos encontramos. Rece-

bemos do Governador Carlos Brandão a cessão do terreno para a construção da nossa nova sede, cuja pedra fundamental deverá ser lançada ainda este ano, com o início da construção. Para o que continuaremos contando com o fundamental apoio do Governo do Estado. E o Governador Carlos Brandão já revelou que quer ajudar. Agora tornei pública a revelação e, em nome da Corte, também me cabe agradecer antecipadamente e parabenizá-lo pelo seu compromisso republicano e empenho com o aprimoramento do Judiciário do nosso Estado.

Também agradecemos o apoio institucional recebido do Prefeito Eduardo Braide e da Câmara de Vereadores de São Luís, com as alterações legislativas necessárias, no âmbito municipal, para que possamos logo logo ocupar o terreno da futura sede.

Muito já foi feito e muito ainda há por fazer. E faremos este ano, pois como dizia Douglas North, aprimorar as instituições é tarefa que nunca acaba. Com trabalho duro, dedicação, entusiasmo e foco nos eixos governança, resolutividade, integridade e transparência, o nosso GRIT, seguiremos em frente, trabalhando pelo aprimoramento do Poder Judiciário do nosso Estado.

Encerro esta mensagem de Abertura do Ano Judiciário maranhense, agradecendo o fundamental apoio recebido dos dignos desembargadores desta egrégia Corte, com profunda esperança no trabalho, nas instituições da Democracia, na Justiça e na construção de dias melhores para todos nós.

Muito obrigado.

Desembargador Paulo Velten

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

25/01/2023